



Andressa I. de Mello

“POR QUE NÃO ME OLHA?”: A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DAS CRIANÇAS (NEGRAS) NAS ESCOLAS.

Rio de Janeiro
2019

Andressa I. de Mello

“POR QUE NÃO ME OLHA?”: A discriminação racial e a construção da identidade das crianças (negras), nas escolas.

Monografia submetida à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientadora: Fernanda Martins

Rio de Janeiro

2019

Dedico esse trabalho aos meus ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e pelo privilégio de ter me proporcionado conhecimentos fundamentais para ser quem sou.

Agradeço a minha orientadora, Fernanda, com quem compartilhei ideias e construções, agradeço principalmente por me representar como mulher, preta.

Agradeço a minha família por todo apoio necessário durante a realização desse trabalho e inclusive pelo amparo nos momentos difíceis.

Agradeço especialmente ao meu namorado, Rafael, que me motivou e me deu todo amparo nos momentos que precisei e principalmente por não me deixar desistir do meu sonho.

Todos foram essenciais para a realização dessa pesquisa.

*“Luther King vendo cairia em pranto
Zumbi diria que nada foi em vão
E até Malcom X contaria a alguém
Que a doçura das frutinhas sabor acalanto
Fez a criança sozinha alcançar a conclusão
Papai que bom, porque eu sou pretinha também”*

(Amoras-Emicida)

RESUMO

Este projeto tem como objetivo identificar como a discriminação racial afeta na construção da identidade das crianças negras. Observando principalmente como as relações no âmbito escolar influenciam na idealização da criança com seu corpo. Para isso serão feitas discussões que relacionam a historicidade do racismo no Brasil, entendendo que os reflexos de quatrocentos anos de escravidão ainda permanecem presentes em nossa sociedade e que esses reflexos reverberam na construção identitária das crianças. Em paralelo à isso, será relacionado com os conceitos trabalhados ao longo do projeto o curta “Vista minha pele”, o qual utiliza do espaço escolar para levantar a discussão do racismo. Viabilizando, desta forma, a compreensão do racismo enquanto significativo fator causador da construção inferiorizada das crianças, bem como o motivador para o crescimento com inseguranças e negação de si.

Palavras-chave: racismo, criança, discriminação, identidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO I : O processo de escravidão no Brasil e historicidade do racismo.....	10
2.1. A construção da identidade e auto estima Negra.....	16
3. CAPÍTULO II : A influência da escola na construção da identidade da criança.....	19
4. CAPÍTULO III : Análise do curta “Vista minha pele”	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXO I.....	32

1. INTRODUÇÃO

No que se refere a abolição da escravatura, é possível constatar que os negros não foram e nem são libertos na atualidade, isso pois, ainda se faz presente em nossa sociedade reflexo dos quatrocentos anos de escravidão. A escola, assim como outras instituições inseridas na sociedade, reiteram as relações sociais e por isso são influenciadas pela estrutura racista, dessa forma, a mesma, reforça e reproduz opressões que estão presentes na sociedade, inclusive a hierarquização de raças. Tais reflexos influenciam diretamente nas crianças, as quais sofrem intensamente, mesmo que não haja racionalização dessa violência, ocasionando o desenvolvimento de uma identidade inferiorizada, motivando a negação de si e o desejo de se aproximar o máximo possível do padrão branco.

A sociedade parte do padrão do branco como o ideal, o que ocasiona no ocultamento da identidade do indivíduo preto, já que há uma desvalorização deste. Por isso, tal violência exposta aos negros gera para estes a recusa de si, desta forma, constrói-se uma autoestima inferiorizada e um ideal identitário que não condiz com seu fenótipo, ocasionando em um sofrimento incessante.

Essa pesquisa baseou-se em uma metodologia qualitativa, utilizando-se como instrumentos a busca bibliográfica em livros e análise de artigos que ofereçam conteúdo sobre a construção da identidade frente a uma sociedade com tradições escravocratas. Analisando como a educação infantil contribui ou não para a construção da identidade das crianças, através do curta “Vista minha pele” com intenção de reiterar a discussão levantada no decorrer do projeto, que será dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo aborda o processo de escravidão no Brasil e a historicidade do racismo, como também, a construção da identidade e a autoestima preta. No segundo capítulo o debate-se a influência, ou não, da escola na construção identitária da criança preta, dialogando a partir da construção do currículo escolar e sobre a invisibilidade da história negra nos currículos. No terceiro e último capítulo será feita uma discussão relacionando todos os conceitos trabalhados ao longo da pesquisa com base na análise do curta “Vista minha pele”.

Optou-se pela seleção do parêntese no título do projeto “POR QUE NÃO ME OLHA”: a discriminação racial e a construção da identidade de crianças (negras) nas escolas” no que refere-se ao contraponto da necessidade do critério de diferenciação quando é tratado de pessoas negras, tal critério induz à crer que ser humano é ser branco, logo tudo que foge desse padrão branco inciso no Brasil necessita de caracterização, mas para nós negros não há necessidade de tornar explícito nossos traços. (LUIZ, *et al* 2013)

Logo, esse trabalho tem a intenção de compreender como a discriminação racial que afeta a construção da identidade das crianças, assim como, os reflexos da escravização ainda permanecem

vigentes no cotidiano dos brasileiros e se influenciam nas relações no âmbito escolar, durante a infância, refletindo ao longo de toda a vida das pessoas pretas.

2. CAPÍTULO I

O processo de escravidão no Brasil e historicidade do racismo

O racismo no Brasil procede desde era colonial e escravocrata imposta pelos colonizadores. A “descoberta” do Brasil, em 1500, trata-se da chegada dos portugueses ao território brasileiro entretanto não é possível afirmar essa chegada como o descobrimento do Brasil, já que essas terras já eram ocupadas por populações indígenas. O “descobrimento” do Brasil pelos portugueses ocasionou no genocídio dessas populações indígenas e originou a vinda da raça negra para a fertilização do solo brasileiro a partir da exploração, como por exemplo, nos engenhos de cana-de-açúcar, nos minérios e no ciclo do café, assim como para outras atividades de exploração. O papel do negro foi decisivo para a construção da história econômica do país, a força de trabalho árdua que serviu para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, 1978,p.48).

A colonização caracteriza-se pela repressão/anulação das culturas africanas, saques de terras e exploração. É importante pontuar que a travessia do Atlântico para o Brasil era extremamente sacrificante e em condições desumanas, podemos citar como exemplo a falta de alimentação nos porões dos navios, o espaço reduzido o que ocasionava no contato muito próximo, viajavam amontoados por ser em média em cada porão 440 pessoas (LIMA, 2010, p.6), além do calor intenso, tudo isso conseqüentemente causava a disseminação de doenças. Quando enfim chegavam aos portos do Brasil eram divididos em lotes para serem distribuídos, sem levar em consideração em não separar familiares, como se fossem objetos não era levado em consideração seus sentimentos, de fato apenas uma mercadoria, era estabelecido que os escravizados tomassem banho, cortasse o cabelo e barba, recebiam roupas de textura grosseira, tudo isso a fim de que melhorassem a aparência e conseqüentemente aumentasse o preço. Além dos escravos encomendados, eram trazidos mais escravizados para serem vendidos em feiras, no Rio de Janeiro, localizava-se em Valongo próximo à Praça Mauá. Eram anunciados como “negros fortes, bons e moços, chegados na última nau.” (LIMA, 2010, p.8). Os escravizados que não eram vendidos na cidade eram levados até o interior, onde eram vendidos a preço inferior caracterizando assim o tráfico interno de escravos.

Mas ao longo do tempo foi construída uma história distorcida da tal realidade supracitada a fim de mascarar a ideologia imperialista, silenciando e omitindo a escravidão que assassinou e abusou de muitos africanos e que traz conseqüências até os dias atuais. É quase impossível saber o número exato de escravos que entraram no país, isso por conseqüência da Circular de Nº 29. de 13 de Maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual determinou que fossem

destruídos todos documentos históricos referente à escravidão, tais documentos tratavam-se de matrícula de escravos, documentos que comprovavam o comércio de escravos (NASCIMENTO, 1978, p.49), porém se estima 3,5 milhões de escravizados exportados da África durante o século XIX, principalmente as regiões da Angola e de Costa de Mina, eram exportados respectivamente para o Rio de Janeiro e Bahia. (LIMA, 2010, p.4).

A Igreja Católica teve papel fundamental para a exploração na era colonial, além de consentir, possibilitava suporte para a distorção da história, legitimando o acontecimento em nome de Deus. Era imposto aos escravizados que Deus os tinha colocado nessa situação e por isso deveriam dar graças e fazer assim como seu Filho que padeceu por nós e deveriam ser obedientes aos seus senhores, simultaneamente era prometida a recompensa futura no céu. Da mesma forma, o Cristianismo assim com a Igreja Católica foi essencial nessa distorção de realidade para que acreditassem que a colonização foi uma forma de “salvar” aquelas pessoas, ditas “inferiores”, com a religião do colonizador e só assim poderiam ser “purificados”, como um exemplo disso é importante salientar o fato da imposição do batismo nas águas sagradas que tinham a finalidade de tornar os escravizados limpos e brancos, evidenciando o racismo que entende os negros como impuro e inferior, pensamentos que anos depois fomentou a ideia de “democracia racial”, na qual teve êxito em criar um paraíso racial pela miscigenação que tinha finalidade do desaparecimento irrefutável do descendente africano, motivando a superioridade racial. A princípio a religião católica foi imposta aos escravos, foi determinado que era religião oficial e obrigatória, porém ao passar do tempo, lentamente, foi-se inserindo santos negros com a finalidade de atrair os negros livres para a religião católica, os mesmos se incorporavam a tal religião crendo que possuíam alma. Apesar da tentativa de apagamento no que se refere a memória dos negros trazidos da África - com a finalidade de incorporar os mesmos nos padrões brancos europeus – houve eminente resistência principalmente com a questão religiosa, já que possui marcante presença na cultura africana. Geralmente aos domingos, dias de santos e nas estas religiosas os escravizados e os libertos iam para os quilombos, após exaustos dias de trabalho árduo, no qual partilhavam para com iguais costumes e demonstrações de sua cultura. Em relação a manifestação cultural, é importante mencionar o batuque, manifestação que elucidava a visão dos africanos sobre o mundo religioso, acreditavam que a música e dança estavam diretamente ligadas ao mundo religioso. Houve um tempo em que os batuques eram controlados e fiscalizados rigidamente pelas autoridades, pois eram classificados como costumes bárbaros e imorais. (NASCIMENTO, 1978, p. 52-54)

É de extrema importância citar sobre os quilombos os quais além de refugiar os escravizados que conseguiam fugir, quando não eram recapturados, também era um espaço fundamental de resistência a escravidão para os mesmos, no qual a cultura afro era vigorosa. Os quilombos

caracterizavam-se no início por aglomerados de escravos entregues a própria sorte (LIMA, 2010, p.12) e sem organização, antes era apenas um lugar usado como esconderijo mas ao longo do tempo se tornou um lugar de resistência dos negros e temido pelos brancos. Haviam quilombos enormes que habitavam a mais de vinte mil pessoas, os mais conhecidos até hoje eram Palmares e Zumbi, tais quilombos eram organizados por chefes escolhidos pelas suas capacidades e os votos eram feitos com grão de milho ou de feijão. (LIMA, 2010,p.12)

Para compreender melhor sobre a democracia racial, é necessário mencionar as Teorias Eugênicas que consiste em teorias as quais defende a raça branca como superior. De acordo com a discussão apresentada pelo livro “Sociologia: Uma bússola para o mundo”, Dr. Samuel George Morton, era um dos mais renomados cientistas norte-americano e foi alguém de extrema importância para a produção de estudo acerca da hierarquização de raça, o mesmo colecionou e mediu crânios humanos de diversos lugares e épocas e inclusive raça. Em uma de suas experiências colocou inúmeras esferas metálicas dentro dos crânios e depois transferiu para um recipiente a fim de medir a capacidade dos crânios, assim acreditava que tal experiência o possibilitou de concluir o tamanho médio dos cérebros, sendo assim Morton concluiu que os maiores cérebros eram dos mais inteligentes e os quais ocupavam o topo da hierarquia social, enquanto os menores cérebros pertenciam aos inferiores os quais ocupavam a base. Não tão surpreendente entendeu que os maiores cérebros eram dos indivíduos brancos europeus, depois vinham os asiáticos, os indígenas e por fim os negros. Tal pesquisa tinha muitos problemas que impede que sejam considerados um conhecimento científico já que nas análises não foram considerados os sexos dos indivíduos, por exemplo, inclusive 71% dos crânios que supostamente se referiam aos negros, na verdade pertenciam a mulheres, em paralelo à 41% dos crânios femininos pertencentes aos indivíduos brancos, não foi considerado que as mulheres são, a maioria, menores que os homens anatomicamente (BRYM, *et al.*2006, p.213). Além disso, até hoje os arqueólogos não conseguem distinguir indivíduos brancos e negros pelo formato do crânio como Morton afirmou ter feito.

Além de Morton houve também diversos pensadores do século XIX, por exemplo, o médico italiano Cesare Lombroso, bem como o conde francês Arthur de Gobineau, tais quais tentaram estabelecer relação entre biologia, aptidões intelectuais e raça. Lombroso grande nome da antropologia criminal interessou-se a pesquisar mais sobre delinquência ao observar frases obscenas de tatuagens dos soldados de Calábria, na Itália. Acreditava que essas tatuagens possibilitava distinguir os soldados desonestos e os honestos. Porém apenas tatuagens não eram o suficiente para

captar a natureza de um delinquente, foi necessário definir o caráter “anormal” dos delinquentes utilizando experimentos de ciência positivista. (BRYM, *et al.* 2006, p.213)

Já Gobineau na sua obra “Ensaio Sobre Desigualdade de Raças Humanas”, expôs suas ideias que basicamente se resume à uma tentativa de estabelecer uma hierarquização de raça baseada em aspectos físicos, estéticos e intelectuais, na qual no topo dessa hierarquia estaria a raça branca, acreditava ele que a raça branca ariana era a única com virtudes necessárias capaz de construir o desenvolvimento de uma civilização. Por isso, Gobineau acreditava que a miscigenação era uma tendência irremediável e levaria ao colapso da miscigenação. Para ele a civilização era pautada a partir da colonização de raças inferiores pelas raças superiores, porém a raça superior era numericamente menor e por isso ocasionaria a relações inter-raciais, a miscigenação levaria a uma evolução na sociedade, mas que conforme o tempo aconteceria a degeneração original dos superiores. (BRYM, *et al.* 2006, p.214)

Todas essas ideias foram usadas como produção científica que justificava inúmeras barbaridades como a escravidão, colonização e até mesmo o genocídio. Houve ainda mais produção de conhecimento acerca de tais temas e com o passar dos anos foram se aprimorando mais, porém a base científica de tais argumentos permanecem considerados como inverdades.

Em 1870 estudiosos brasileiros começaram a ser influenciados por tais teorias, que estavam sendo produzidas mais pontualmente nos Estados Unidos e Europa. No Brasil, ocorria a necessidade da construção de uma identidade nacional após a independência e até o final do século XIX ainda não se tinha uma construção de um país emancipado da colônia, com autonomia e imagem própria e por isso era fundamental a construção de uma identidade nacional. Porém, os cientistas sociais, julgavam a heterogeneidade cultural brasileira, consequência da heterogeneidade racial, um problema para a ideia de nacionalidade, já que para eles a persistência de hábitos que precedem aos africanos, estabelecia um impedimento para uma identidade nacional homogênea, diante isso era constituída no princípio do pensamento social brasileiro a relação entre raça, cultura, nacionalidade e modernidade.

Exemplo de estudiosos que compartilhavam de tais ideias podemos citar Raymundo Nina Rodrigues, foi um médico que destinou seus estudos à cultura afro-brasileira. Acreditava que o motivo do subdesenvolvimento da sociedade brasileira era ocasionado pelas misturas raciais e culturais, entendia Nina Rodrigues que o fator biológico, que no caso se referia a raça negra, seria uma principal causa da inferioridade como nação. Ademais, assim como Lombroso já citado anteriormente, Nina Rodrigues associava características físicas às condutas criminais, para ele a miscigenação elucidava a criminalidade, como também a loucura. Outros exemplos são: Sylvio

Romero e Euclides da Cunha que também dividiam os mesmos pensamentos que Nina Rodrigues (BRYM, *et al.* 2006, p.216).

Foi desenvolvido um projeto de modernidade e progresso sobre a miscigenação, o qual foi denominado como tese do branqueamento, por cientistas brasileiros. Consistia em um processo de miscigenação progressivo, que após três gerações, produziria uma população de características brancas (BRYM, *et al.* 2006). Tal pensamento que divergia com os estudiosos norte-americanos e europeus que afirmavam uma inferioridade racial pertinente e inalterável.

Democracia racial é um termo que consiste na ideia de alguns estudiosos e pessoas de influência em que defendiam que não existia racismo no Brasil, argumentando que há desigualdade de gênero e classes, mas não de raça. Tal mito perpetuou gerações e mantêm-se presente até hoje em nossa sociedade.

Na década de 1920, houve uma transformação do aspecto sobre a miscigenação, por causa do Movimento Modernista, bem como por conta da interpretação de Gilberto Freyre em uma de suas obras mais conhecidas: *Casa Grande & Senzala*, foi constituída uma visão da mestiçagem como componente fundamental da particularidade da cultura brasileira e não mais como um problema. Oswaldo de Andrade – líder do Movimento Modernista e escritor – juntamente com Mario de Andrade – representante do Movimento Modernista – elaboraram uma nova percepção para contextualizar na elucidação da fusão de elementos culturais diversos, assim originando uma cultura que difere da europeia, uma cultura brasileira.

Gilberto Freyre ocasionou uma interrupção significativa em relação ao pensamento social anterior, de forma que as explicações biológicas das distinções raciais foi substituída por uma análise cultural. O autor fez críticas aos estudos que realçavam as consequências negativas da miscigenação, o mesmo salientou que os escravos poderiam ser civilizadores, já que poderiam incorporar aspectos de sua cultura ao hábito dos senhores brancos, dessa forma acredita Freyre que esse papel civilizador é proporcionado pelo fato do escravo impor sua cultura, sendo assim passando de dominado a dominador. Sendo assim, Freyre defende que a democracia racial brasileira teria como base essa relação entre senhor e escravo, que proporcionaria a modificação da ordem social, pelo menos no plano cultural. Tal análise foi fundamental para a composição de uma perspectiva positiva da introdução de etnias e culturas na formação da sociedade brasileira, porém essa concepção democrática a partir do processo de miscigenação biológica e cultural se evidenciou insuficiente para as condições socioestruturais. (BRYM, *et al.* 2006, p.217)

Em contraponto as ideias de Freyre, temos Florestan Fernandes - um dos sociólogos que desmistificou esse conceito de democracia racial - para Florestan, em “*O negro no mundo dos*

brancos”, o dilema racial brasileiro consiste na depreciação do negro pela sua situação social, em paralelo, a impossibilidade do mesmo de superar tal situação por defronta-se com obstáculos que influenciam na produção do ciclo da desigualdade racial. A desigualdade social veio de herança de tais aspectos supracitados, que é preservada e reforçada a hegemonia branca nas relações sociais, pondo os negros à margem. A segregação racial e a inexistente barreira de cor – elementos que compõe a democracia racial– em paralelo a ideologia de embranquecimento, gerava desincentivo ao amparo do negro. O grupo racial tendo referências negativas causava ao indivíduo o desejo de escapar de tal lugar imposto a fim de conquistar a ascensão social. A ascensão social do negro depende da disposição do mesmo de assemelhar-se e tornar o branco como modelo de identidade, além de ser capaz de se livrar da concepção tradicionalista que infere o negro economicamente, politicamente e socialmente inferior. A ascensão possibilitaria distanciar-se da marginalização imposta, sendo possível tornar-se cidadão respeitável. A busca por sempre evidenciar os traços brancos, conservar dentro de si e acreditar na sorte de ter tais traços compondo um corpo negro, caracteriza a afirmação e negação da negritude, a estética soberana branca define o bonito e feio, o quanto mais perto você está disso você se livra do mito negro.

Em 1888, foi criada a Lei Áurea conhecida como Abolição da escravatura, tal lei oferecia a “liberdade” aos negros e retirava a responsabilidade do estado, dos senhores e da Igreja de toda exploração causada pelos mesmos, já que eram largados à margem sem qualquer tipo de assistência, recurso ou apoio. Era prometida liberdade aos negros que se alistassem ao serviço militar para lutar por uma sociedade que não os enxergavam como humanos, para conquistar a tão sonhada liberdade muitos se inscreviam e nessa substituição de sangue português para sangue africano que sucedeu a expulsão dos holandeses em Pernambuco, no século XVII. Para além de tudo o “problema” racial brasileiro, para os brancos, era causado pelos negros que emergiram forçadamente, para solucionar tal “problema” racial foi instituída a política de embranquecimento a partir da miscigenação, a qual originou o mestiço, o mulato, o negro embranquecido, o pardo, a partir do estupro de mulheres negras pelos homens brancos. A miscigenação retrata o genocídio do grupo negro, já que com o crescimento da população parda a raça negra vai desaparecendo a partir do embranquecimento dos mesmos, tal acontecimento foi visto como algo positivo que gerou elogios e esperança para o fim do “problema” racial para a classe dominante. O mestiço ocupou um lugar importante durante a escravidão, foi o capitão-do-mato, usado em tarefas de confiança dos senhores, embora não eram considerados parte da sociedade, sua posição social era equivalente à do negro, ambos eram tratados com desprezo, preconceito e discriminação.

2.1 – A construção da identidade e da Autoestima Negra

Partindo do princípio que não houve abolição da escravatura e que os negros não foram/são libertos, é possível concluir que somos uma sociedade com reflexos da escravidão, até hoje. Esses reflexos interferem principalmente nas crianças e mesmo que ainda não haja compreensão das mesmas no quanto esses aspectos as reprimem e como isso contribui para o desenvolvimento da identidade inferiorizada, se constitui um desenvolvimento com inseguranças e negação de si mesmo da infância até a fase adulta.

No que se refere à concepção de uma identidade negra, é concebível que ser negro é ter sua identidade forjada desde muito cedo, ter as perspectivas confundidas e conseqüentemente expectativas alienadas. Tais elementos são caracterizados por uma das violências exercidas pelos brancos, tal violência em específico tem a finalidade de ocultar a identidade do sujeito negro. O perfil da identidade do sujeito é desenhado a partir de uma dupla perspectiva: 1º) A perspectiva do olhar e do desejo do agente que ocupa a função materna. 2º) A perspectiva da imagem corporal produzida pelo imaturo aparelho perceptivo da criança. (SANTOS, 1983, p.3)

Assim como para as autoras: Sephora Santana Souza, Tarcília Melo Lopes e Fabianne Gomes da Silva Santos, em *“Infância negra: a representação da figura do negro no início da construção da identidade”*, a criança no seu desenvolvimento biológico tem acesso às diversas fontes de “verdade” sobre sua identidade, que não vem só da família. Desta forma, estas fontes também acrescentaram ao sujeito o que é permitido ou não, em paralelo ao direito de existência do seu grupo enquanto comunidade histórico-social. O ideal é o favorecimento da identidade do sujeito, mas para os negros essa possibilidade na maioria das vezes é forjada, já que o modelo normativo que foi lhe apresentado é o do branco. Conseqüentemente conduz para o negro uma repressão de seu corpo e de seus traços, voltando o seu ideal identitário para o passado, o qual ele poderia ter sido branco e um projeto para um futuro no qual seus traços desaparecerão. O Ideal do Ego (SANTOS, 1983) trata-se de uma decomposição de experiências, tais quais são construídos por representações e afetos entre criança e adulto, entre sujeito e cultura. O Ideal do Ego que se diz difere do Ego Ideal. O Ideal do Ego é branco e imposto ao negro, no qual o mesmo nasce e sobrevive imerso em tal ideologia imposta como o ideal a ser atingido.

A construção da identidade social depende da construção da identidade individual, pois a identidade social é composta pelo auto-conhecimento e pertencimento de certo grupo da sociedade, seja ele de mulheres/homens, ricos/pobres, brancos/negros e etc, para que haja esse reconhecimento é necessário a construção da identidade individual que ocorre a partir da comparação com os outros indivíduos. A identidade social esta pautada em semelhanças relativa a determinadas características

causando certo pertencimento ao grupo no indivíduo que se auto define como parte de tal grupo social.

A identificação das diferenças e semelhanças entre objetos permite a sua categorização, sendo o seu sentido e valor (positivas ou negativas) fundamentais na construção da nossa identidade pessoal e coletiva (CARLOS, 2017, p.8).

Os comportamentos grupais são motivados por uma busca à identidade social positiva em comparação aos outros, quando não obtêm-se de forma positiva há uma tendência de abandonar seu grupo social e amasiar-se a um grupo que difere ao antigo. Essa transferência requer adaptações ao sujeito com a finalidade de torná-lo o mais semelhante possível aquele novo grupo, tais adaptações nem sempre são possíveis de serem feitas como em relação à questão étnica, porém há formas de embranquecimento, por exemplo, que tem como objetivo tornar o negro mais aceitável de acordo com a percepção daquele novo grupo. (CARLOS, 2017)

A violência exposta aos negros, principalmente a de encarar o corpo e os ideais de ego branco e a recusa/negação e a anulação do corpo negro; tal violência exercida pela sociedade que parte de um conceito “branco” como ideal causa como efeito um ocultamento da identidade do sujeito preto. Em relação ao negro que internaliza esses tais ideais impostos e conseqüentemente reformula para si uma identidade a qual não condiz com sua biologia. A autoestima do povo negro, ao contrário dos brancos, é forjada, criminalizada e tornada como indigno desde infância. Para Neusa Santos Souza o mito negro trata-se da reafirmação do diferente, inferior e subalterno ao branco, no qual o branco ocupa o lugar exclusivo de referência, a partir do qual o negro se autodefinirá assim. Mesmo que para afirma-se como ou negar-se como negro a utilização do branco como referência é inevitável.

É importante ressaltar que a segregação racial e a inexistente barreira de cor – elementos que compõe a democracia racial– em paralelo a ideologia de embranquecimento, gerava desincentivo ao amparo do negro. O grupo racial tendo referências negativas causava ao indivíduo o desejo de escapar de tal lugar imposto a fim de conquistar a ascensão social. A ascensão social do negro depende da disposição do mesmo de assemelhar-se e tornar o branco como modelo de identidade, além de ser capaz de se livrar da concepção tradicionalista que infere o negro economicamente, politicamente e socialmente inferior. A ascensão possibilitaria distanciar-se da marginalização imposta, sendo possível tornar-se cidadão respeitável. A busca por sempre evidenciar os traços brancos, conservar dentro de si e acreditar na sorte de ter tais traços compondo um corpo negro, caracteriza a afirmação e negação da negritude, a estética soberana branca define o bonito e feio, o quanto mais perto você está disso você se livra do mito negro.

Para nós negros não basta apenas existir, existir não é um direito nosso, tendo em vista as inúmeras violências que nossos corpos sofrem, o que nos cabe é sobreviver no mundo dos brancos. O mito negro é caracterizado pelos adjetivos: sujo, feio, irracional e etc, os ensinamentos de fugir desse estereótipo vem desde cedo, já na infância é ensinado a andar bem visto, não falar gritando, falar sem gesticular muito e etc, tais aspectos nos fazendo crer que somos um negro diferente, melhor que os outros. Tal mito foi internalizado e acreditado pelos negros que reforçam tais estereótipos para pessoas semelhantes a si, um exemplo disso é um policial negro num ônibus revistar apenas rapazes negros por acreditar que esses rapazes possuem perfil de suspeito.

Para compreender melhor as ideias supracitadas, julgo interessante assimilar o conceito de alteridade, da Antropologia, infere que a visão do “eu” só se constrói com a relação com o “outro”. Sendo esse “outro”, que ao longo da história foi humanizado e idealizado, branco. Logo a construção da identidade individual é a partir do que há de parecido ou de diferente com o “outro”, conseqüentemente para nós negros ocasiona numa construção de identidade inferiorizada e negativa, já que o seu “eu” se difere demais do “outro”. Levando ao imaginário brasileiro de uma construção de identidade social sobre o que é ser negro, por uma sociedade racista, conduzindo a anulação e auto ódio de seu corpo e de corpos similares ao seu. A miscigenação possibilitou que negros de pele clara e alguns traços finos construísse sua identidade a partir dos pontos que se aproximavam do “outro” e originou repulsa pelos aspectos que se diferenciava, assim, fazendo sempre questão que fosse evidenciado características fenotípicas que mais se aproximava com o branco. Geralmente esse ódio aos traços negróides causam longo sofrimento desde a infância e perpetua praticamente toda vida do indivíduo. Durante a infância, no ambiente escolar, fazem questão de ressaltar tais traços como forma de ofensa/gozação, causando grande desconforto e a construção do auto ódio às partes específicas do corpo, levando o indivíduo à tentativa de alguma forma amenizar essas características no processo de embranquecimento, tal processo que vai desde alisar os cabelos até ações mais perversas como colocar pregador de roupa no nariz durante um tempo, frequentemente, a fim de afiná-lo.

Desta forma, é perceptível que os aspectos do racismo perpassam por nossas crianças e causam conseqüências na construção da identidade das mesmas, o que provoca uma baixa autoestima em diferentes pontos da vida como já foi citado ao decorrer do texto. A criança cresce sendo instruída, por uma estrutura social, a odiar seu corpo, a não confiar no seu potencial intelectual e outras várias questões que o racismo proporciona na formação da mesma.

3. CAPÍTULO II

A influência da escola na construção da identidade da criança

Segundo a teoria marxista – que trata-se de um método de análise de relações de classes a partir de dois filósofos alemães: Karl Marx e Friedrich Engels-existem instituições que são designados aparelhos ideológicos do Estado, e assim, reproduzem e reforçam aspectos da sociedade capitalista em questão, garantido o status quo das relações de poder. Esses aparelhos reafirmam tanto valores e caráter ético, assim como, preceitos e vertentes repressivas, no qual o racismo e o preconceito racial estão presentes que, junto a de gênero e de classe, compõe o pilar da opressão e desigualdade do capitalismo, visto que essa tríade que permite a permanência dos privilégios da burguesia. Dentre essas instituições, estão a igreja, família, etc, assim como a escola, que se destaca por ter um papel fundamental no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos e assim, como um grande aparelho ideológico do Estado, transmitindo não só conhecimentos éticos, mas como também preconceitos. (ALTHUSSER, 1970). Por esse motivo, diversos pensadores marxistas consideram a transformação ideológica no espaço escolar a principal forma de desfazer a alienação que a burguesia impõe a sociedade, como Paulo Freire sugere ao propor uma educação libertadora que quebraria a dialética materialista.

O currículo escolar – o que norteia o processo educacional da escola, com o objetivo de conduzir as ações do educador de acordo com o que está estabelecido - esta pautado e estabelecido de acordo com interesses dessa classe dominante que atuam nos Aparelhos Ideológicos, reproduzindo os privilégios e concepções da burguesia, desta forma construindo um ensino discriminatório e opressivo. Para a compreensão da exclusão curricular é importante estabelecer uma relação com o capital cultural, pois é a partir da perpetuação do poder hierarquizado da classe dominante que dita o que pertence a cultura formal ou não, ocasionando na discriminação e na tentativa de ocultamento de toda cultura produzida pela classe trabalhadora. Consequentemente a lógica educativa considera apenas a cultura produzida pela classe dominante para a construção do currículo escolar, ocasionando um sistema de exclusão. Entende-se que o currículo é tracejado na relação de poder presente na sociedade e que evidencia um conteúdo enquanto omite outros, por isso percebe-se a necessidade de enfrentamento e resistência em relação à tais fatos supracitados, a fim de tornar a escola num lugar de emancipação, reconhecimento, através de um currículo crítico e libertador. (MARTINS, p. 31 p. 32 p.33, 2019) Para isso, Martins define como seria possível um currículo libertador:

Gioroux postula três conceitos para embasar sua análise, São eles: a esfera pública – na qual a escola e o currículo sejam espaços onde os discentes

possam ter seus direitos de expressão de forma problematizadora *aostatusquo*:o intelectual transformador – compreendido na figura do professor como fonte do diálogo e troca de conhecimento, instigando o aluno ao debate; a voz – instrumento que promove liberdade e poder ao aluno, fazendo com que o mesmo adquira um papel fundamental no processo educativo, questionando, expressando suas angústias diante da sociedade. (MARTINS, 2019, p.33)

Por volta da década de 1980 surge a teoria nominada por pedagogia histórico crítica por Dermeval Saviani, que consiste em uma teoria crítica à educação burguesa. Tal teoria tem como finalidade concentrar-se no processo de construção do indivíduo levando em consideração sua vivência e narrativa, entendendo a educação como uma estrutura de transmissão de conhecimento adquirido pela humanidade, sem discriminação, de forma equitativa e como única maneira de barrar o sistema burguês vigente. (MARTINS, p.35, 2019)

Com relação ao questionamento do currículo escolar que só foi possível por causa da luta infindável do movimento negro, atualmente temos a Lei 10.639/2003 que torna obrigatória a inserção da temática “História e Cultura de Afro-Brasileira” no currículo oficial, a mesma tem como propósito a desconstrução de todos conceitos enraizados desde a era colonial com fins preconceituosos - consequência de 400 anos de escravidão - (em anexo) que argumenta sobre a escolha das prioridades de conteúdos lecionados e os que não são lecionados, causando a produção de uma verdade absoluta com apenas uma versão dos fatores. A Lei proporciona que os alunos possam conhecer a verdadeira história do Brasil e possibilitar, conseqüentemente, que os alunos negros adquiram reconhecimento e apreciação por sua identidade e importância na construção da sociedade brasileira.

A Lei não garante a concretização de tal desconstrução, já que o ensino da história e da cultura afro-brasileira é apenas mais um instrumento de conscientização e transformação gradual de mentalidades e práticas discriminatória. A proposta da Lei de conduzir os debates a respeito das relações sociais e sua complexidade a fim de causar reflexões nos indivíduos sobre tais assuntos, possibilitando outro olhar acerca de outras realidades vivenciadas como também viabilizar a apropriação de valores e conhecimentos relacionados a diferenças e conseqüentemente da igualdade por direitos e respeito. Desta forma, por ser obrigatória, a escola tem papel fundamental em viabilizar tais processos formativos, democratizando enfim o currículo escolar assim como Saviani propõe com a teoria da pedagogia histórico crítica, a Lei permite que a escola passe a ser um espaço mais crítico com diferentes versões proporcionando identificação e proximidade de todos os alunos na construção de conhecimento.

Porém antes de qualquer implementação é necessário o reconhecimento da sociedade em relação ao racismo estrutural que é constantemente negado, contudo, é facilmente perceptível que os reflexos da escravidão estão, ainda, evidentes no sistema de valores que refletem no comportamento social. Esse movimento de afirmação/negação do racismo procede da democracia racial que resultou na falácia de que no Brasil não há racismo, reforçando o discurso universalista da igualdade e harmonia racial, tal discurso promove também o discurso de oportunidades iguais, sendo assim responsabilizando o próprio grupo subalterno pela sua situação social. (FEITOSA, 2012). Há um consenso em restringir o racismo ao nazismo, ao Apartheid e assim justificar que no Brasil não há racismo, porém nota-se o desconhecimento do que caracteriza de fato o racismo, a discriminação racial e o preconceito (MUNANGA, 2005, p.145). É necessário que seja trabalhado nas escolas – com os educadores e alunos – sobre racismo estrutural.

Racismo estrutural trata-se do favorecimento de um grupo social específico a partir de um conjunto de práticas institucionais regidas pelo campo histórico, cultural, enquanto desqualifica outros grupos sociais étnicos diferentes, causando enorme desigualdade em diversos aspectos sociais e até a desumanização dos mesmos. Vale ressaltar que após abolição não houve sequer um projeto para integração dos negros a sociedade, pelo contrário, as autoridades excluíram e marginalizaram os mesmos, foram entregues a própria sorte e assim se constituiu o racismo institucional, o qual trata-se da negligenciamento de políticas públicas as quais possibilitem a inserção dos negros na sociedade, ocasionando em iguais oportunidades e direitos essenciais – como saneamento básico, educação, saúde - que são concedidos por brancos desde o nascimento. Para exemplificar podemos evidenciar a questão problemática do ensino superior, no qual a porcentagem de negros que ocupam a academia foi por muitos anos extremamente inferior à porcentagem de brancos que frequentam a academia, como podemos ver no site da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) foi apresentado dados do IBGE que afirma que: “Somente 12,8% dos negros (pretos e pardos), entre os 18 e 24 anos, são estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015” (UFJF,2017)

Atualmente, em 2019 há dados que comprovam que a porcentagem de negros é superior à de brancos nas universidades, de acordo com o IBGE. Entretanto, é necessário destacar que a política de cotas foi implementada em 2000 a partir da luta do movimento negro por políticas afirmativas, a fim de que a dívida histórica fosse um pouco menor. Logo, foi preciso dezenove anos para que enfim o número de negros fosse maior ou igual a o número de brancos nas universidades. É imprescindível elucidar que tal dado não certifica de fraude por todos que adentraram as universidades pelas cotas raciais.

É extremamente significativo o contato da escola com a comunidade negra, com instituições da sociedade, como as escolas, para que seja inserido no cotidiano dessas crianças as diferenças para que assim seja possível conviver, aprendendo a respeitar os espaços, possibilitar a troca e a mudança de valores instituídos. No que se refere a mudança de valores, o autor Kabengele Munanga apresenta um aspecto fundamental que evidencia a complexidade que implica tal fator, que se trata da reflexão acerca da autonomia do professor. Com relação à autonomia do professor correlacionando com a questão racial é tangível o entendimento que alguns educadores utilizam do entendimento equivocado sobre o que é autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas. Sendo assim, é discutível até que ponto um professor tem autonomia para constranger um aluno ao colocá-lo para dançar com um pau de vassoura por que nenhum aluno quis dançar na festa junina com o “negrinho” como bem Munanga evidencia em “Superando o racismo na escola”, porém nem por isso é legítimo o desrespeito à autonomia do professor, mas sim entender os limites que existem acerca de tal autonomia. (MUNANGA, 2005p.150)

Por isso, é necessária a construção de novas práticas, as quais possibilitem refletir a respeito de valores impostos sobre representação do negro que está consolidado no imaginário social dos alunos (brancos, negros, indígenas) como dos professores, que na maioria das vezes, estão acompanhados de práticas que prejudicam o avanço da construção de um espaço de diversidade e respeito étnico-racial. Só dessa maneira será efetiva a criação de práticas anti-racistas, quando confrontarmos de vez a percepção de valores e cobrarmos uma postura séria dos educadores no que se refere as questões raciais e que a luta pela implementação da história e cultura afro-brasileira não se restrinja à apenas aos movimentos negros mas sim dentro da sala de aula com os professores. E assim, proporcionando criação de projetos pedagógicos que envolvam a questão racial e que possam ser oportunos para além da sala de aula, juntamente à comunidade. (MUNANGA, 2005 p.151)

4. CAPÍTULO III

Análise do curta “Vista minha pele”

Partindo do conteúdo exibido pelo curta “Vista minha pele”, produzido pelo diretor Joel Zito Araújo, que se refere a uma inversão dos papéis sociais, no qual as pessoas brancas vivenciam diferentes formas de racismo que fazem parte do cotidiano dos negros, que na trama fazem parte da classe dominante, enquanto os brancos ocupam uma posição designada como “inferiores”.

O filme narra à história da personagem principal que se chama Maria, uma menina branca e pobre que possui o “privilegio” de estudar em um colégio particular pelo fato de sua mãe trabalhar como faxineira e por isso, possibilita que a menina conseguisse uma bolsa. Por ser um colégio particular, a maioria dos alunos são negros e ricos, enquanto Maria faz parte da minoria branca e pobre, tal fator influencia no tratamento preconceituoso dos discentes com a mesma. Apesar disso, o sonho de Maria é se tornar a “Miss Festa Junina”, mesmo que para uma menina branca como ela, esse lugar seja quase impossível, já que não é algo recorrente alguém do seu tom de pele e com características físicas parecidas com as suas alcançar tal prestígio através da estética.

Maria sonha com um mundo em que houvesse pessoas com a mesma cor de pele, com características sociais similares as dela, na televisão, nos jornais, nas revistas, evidenciando a intensa falta de representatividade e a importância de se enxergar em diferentes áreas de prestígio social o que contribui para a construção de autoestima em diversos aspectos de seu desenvolvimento. Fazendo um paralelo com a realidade, é perceptível a grave violência exercida pelos veículos de comunicação e reafirmada pela sociedade de impor as meninas negras, padrões de beleza inalcançáveis que diferem de sua cor de pele, seu fenótipo – características visíveis de cada pessoa - Tal aspecto gera intenso sofrimento para essas meninas, causando baixa autoestima, desenvolvimento inferiorizado e o auto-ódio ao seu corpo, seus traços, seu cabelo etc.

Dessa forma, como mencionado no capítulo anterior, a escola, que serve como um aparelho ideológico do Estado, e na tentativa de manter o status quo, avança junto com as grandes transformações e revoluções sociais, realizando reformas educacionais, porém mantém as relações de poder alicerçadas na estrutura sociedade, reproduzindo seus preceitos e aspectos de opressão, como menciona o autor Louis Althusser em “*Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*”. No curta, são exibidas cenas extremamente importantes de alunos gozando e implicando com Maria por causa da cor da sua pele, além do tratamento diferenciado do professor para com a mesma, tais aspectos são reproduzidos no interior da escola mas são provenientes de uma hierarquização racial. Na cena, um professor faz um questionamento a menina que não sabe a resposta e diretamente o

mesmo deduz que pessoas brancas possuem dificuldades de entendimento por não se alimentarem bem e por não possuírem uma família que as ajudem dando suporte em sua vida escolar. Consequentemente provocando um sentimento de pena, que facilmente é percebido pela aluna, que se sente extremamente desconfortável com os olhares de piedade do professor, como também das atitudes dos colegas de classe negros que a humilham a fim de mostrar superioridade.

Esses aspectos evidenciados no curta retrata muito bem o imaginário social baseado no racismo estrutural que entende os negros como inferiores, dignos de pena e os desumanizam excluindo todo sentimento e capacidade dessas pessoas. Tais fatores ocorrem em virtude, também, das questões sociais e econômicas vivenciada pela maioria das pessoas negras, isso porque após o período da abolição, no qual não houve nenhuma política de inserção das pessoas ex-escravizadas à sociedade, os mesmos foram literalmente lançados a própria sorte. Dessa forma, pessoas negras, até hoje, ocupam as camadas mais pobres da população e vivem em situação precária, vulnerável e à margem da sociedade, consequentemente expondo-as ao abandono e à violência. Portanto, a educação infantil tem grande influência na vida dessas crianças, pois a escola deveria proporcionar o resgate dessas crianças, concedendo a elas o direito à educação, reestruturando as redes de proteção, assim como sendo um dos meios fundamentais para o questionamento e promoção do rompimento do racismo.

As experiências que uma criança negra vivência em relação à sua cor de pele são dolorosas, a ponto de causar desconforto e a auto-rejeição de si mesmo. A autoestima da criança negra fora do contexto familiar tende a ser fragilizada na interação com as pessoas. A escola por ser o espaço - além da casa - em que a criança passa maior parte do tempo, se torna um lugar o qual são vivenciadas inúmeras experiências angustiantes baseadas na sua cor de pele. No filme existe um enorme anseio da protagonista em conseguir se tornar “Miss Festa Junina” por acreditar que somente dessa forma as pessoas brancas da sua escola, inclusive os professores, poderão ter mais consideração por ela, além de não ser mais tratada como coitada. Porém, a cor da sua pele é um grande aspecto para que Maria descredite de que é possível, alguém como ela, conquistar tal prêmio. Isso porque a falta de representatividade, comentada pela pré-adolescente no início do curta com sua amiga, a faz acreditar que tal lugar não é para pessoas que possuem as mesmas características físicas que ela. Este aspecto retrata a ausência de representatividade positiva dos negros em diversos lugares, como as escolas, os meios de comunicação, as igrejas, evidenciando as expressões do cotidiano como forma de piadas e outros aspectos que ratificam o passado escravizado, e mantém-se na memória das pessoas negras, o qual não causa orgulho da história de seu povo, tampouco o entendimento sobre a relevância do grupo étnico para a construção da história do Brasil, ocasionando na rejeição à sua origem racial, o sentimento de não pertencimento o que

leva a construção da identidade fragmentada negativamente da criança. É fundamental que evidenciem a parte positiva desse passado escravizado através de história sobre os quilombos, sobre as resistências e não somente a reafirmação da parte negativa desse processo cruel. (MUNANGA, p. 120,2005).

A youtuber Gabi Oliveira publicou um vídeo em seu canal, em 2019, intitulado “Combate ao racismo nas escolas”, com a participação da pedagoga Benilda de Brito, no qual relata que em uma determinada ocasião sua prima, assim que chegou do colégio, lhe disse que havia visto uma pessoa parecida com ela presa com uma algema no pé. A imagem estava no livro didático e foi apresentada durante a aula pela professora, no caso de Gabi, a mesma pôde explicar a menina que tal situação específica realmente ocorreu, entretanto, esta situação não é capaz de resumir toda história do povo negro, ilustrando com outras imagens e acontecimentos. Mas como bem menciona Gabi, nem toda família tem condições estruturais (educacionais, políticas, materiais etc) e psicológicas que possibilite explicar para a criança que a população negra não está atrelada apenas à escravização, mas sim constitui um povo com uma ampla importância cultural, social e política para a nossa sociedade.

Dessa forma, com a ausência da valorização da história africana, muitas crianças permanecem com a única referência que lhe é apresentada, de um povo escravizado, acorrentado e sofrido. Essa designação causa à criança intensa dificuldade de reconhecimento e apreciação. Além disso, Benilda de Brito aponta para um importante fato a respeito do sistema de educação para as pessoas negras: a proibição das mesmas de frequentarem os espaços escolares, a princípio. Somente a partir da organização e mobilização coletiva dos movimentos negros, na luta ao longo dos anos utilizando-se de estratégias de resistência, foi possível romper barreiras “sair do lugar de escravizados” e conquistar os processos de elaborações e implantações de políticas públicas, as quais têm intenção de minimizar a dívida história e inserir os negros à sociedade. Uma das conquistas do movimento negro foi a implementação da lei 10.629/2003 que torna obrigatória a inserção da temática “História e Cultura de Afro-Brasileira”, como mencionado no capítulo anterior.

Gabi em seu vídeo, aponta para a uma das dificuldades de implementação da lei

10.629/2003 , a questão do preconceito religioso, já que ao trazer a cultura e história africana para as salas de aula, conseqüentemente trará também ao entendimento sobre as religiões de matriz africana, as quais foram e são extremamente significativas em toda história do povo. Por se tratar de um país majoritariamente cristão, mesmo se tratando de um país laico teoricamente, são reforçados estereótipos de que tudo que seja diferente do cristianismo europeu é “do diabo”, resultando em uma interpretação equivocada – promovida pelo racismo – das religiões e culturas africanas, provocando e reforçando o racismo religioso e dificultando a inserção da história afro-brasileira nos currículos oficiais.

O racismo tem diferentes formas de se expressar, das formas mais silenciosas até as mais explícitas como na cena em que Suely – concorrente de Maria para “Miss Festa Junina”, negra e querida por todos – na aula sobre escravidão diz para Maria que se estivessem naquela época pediria para que o pai dela comprasse Maria para ser sua escrava e que daria muitas chicotadas em suas costas, uma fala extremamente racista e violenta. Em contraponto, Maria menciona a resistência dos quilombos, o qual foi muito além de um espaço de abrigo para os escravizados que conseguiram fugir, representando a resistência dos negros, o combate à escravidão, além de ter sido um espaço de muita cultura africana.

Diversas vezes pessoas brancas fazem analogias à escravidão para humilhar e ferir pessoas negras que sentem na pele os reflexos de tal período cruel. Ao longo do filme, Suely reproduz diversas falas extremamente racistas sobre o cabelo de Maria, sobre a cor da pele, dentre outras características físicas. Essas falas são bastante comuns no ambiente escolar e em toda trajetória de pessoas negras. Não existe, ao longo de história um indivíduo negro que não tenha sofrido alguma violência racial, seja pela textura do seu cabelo, sua cor, seus traços, durante o percurso escolar.

No que se refere as diferentes formas do racismo se expressar, é importante destacar também a forma silenciosa. No Brasil, há uma intensa negação sobre a existência do racismo que procede da democracia racial, mesmo que seja possível citar inúmeras formas de racismo vivenciadas por pessoas negras brasileiras, ainda há a afirmação de que racismo é algo raro no país como foi dito pelo atual presidente Jair Bolsonaro. Essa negação, como também o silêncio, principalmente dos professores, em um ato de racismo prejudica ainda mais para que haja algum avanço em relação à tal problemática, além de intensificar o racismo velado que perpassa na vida da população negra, como também, reforçar e legitimar práticas discriminatórias que afetam diretamente a educação infantil.

O final do filme não diz quem venceu a competição para “Miss Festa Junina”, pois apesar do filme se desenvolver a partir dessa competição, o foco principal era retratar o racismo vivenciado

pelos negros, sobretudo no espaço escolar, e o quão cruel é a discriminação racial. Por fim, Maria faz algumas perguntas como: “Será que um dia a escola irá valorizar a diferença racial?”; “Será que um dia eu vou poder ver nos cartazes espalhados pela escola pessoas parecidas comigo?”; “Será que os professores um dia vão contar como brancos também construíram esse país?” ; “Será que encontraremos nos livros escolares imagens, histórias dos nossos avós?”; “Será que a desigualdade racial vai deixar de ser um problema só para os brancos?”. Esses questionamentos são postos ao telespectador a fim de provocar o mesmo a pensar sobre tais fatores e os reflexos do racismo. Nos créditos do filme, a atriz principal expõe um depoimento sobre como se sentiu, utilizando das palavras “abandonada”, “rejeitada”, “sem atenção”, como foi abordado ao longo do primeiro capítulo, desde muito cedo as crianças negras sofrem rejeição por causa das suas características físicas e isso afeta diretamente na construção da autoestima dessas crianças que crescem desacreditando da capacidade intelectual por ter sido desestimulada durante toda infância por professores que não os davam a devida atenção que era dada para o restante dos alunos brancos, crescem com inseguranças sobre sua estética, a ponto de passar pelo processo doloroso de alisar os cabelos, como também o ato cruel de colocar pregador de roupa no nariz a fim de afiná-lo, como outros exemplos mencionados anteriormente que expressa o auto ódio fomentado por sociedade escravocrata.

Em 2018, a youtuber Ana Paula Xongani postou um vídeo com o título “Solidão da Mulher Negra”, neste vídeo Ana Paula divide com o público a triste situação de preconceito racial que sua filha – Ayoluwa, de quatro anos – sofreu no parquinho do prédio onde ela mora. No vídeo a mãe diz que sua filha pediu para brincar no parquinho, o qual tinham algumas meninas brincando, assim que Ayoluwa se aproximou as meninas correram dela, muito antes até dela se apresentar. Ana Paula registou o momento com uma foto, a qual sua filha está no balanço, enquanto as outras meninas estão bem longe dela, quando a mãe se aproximou da filha para perguntar o que tinha acontecido, Ayoluwa respondeu que era sempre assim e perguntou “o que eu fiz de errado?”. O sentimento de rejeição que pessoas negras sofrem as acompanham desde a infância e causa marcas profundas na construção da identidade das mesmas. E como bem menciona Ana Paula, mesmo que o debate sobre a solidão da mulher negra esteja em voga no movimento negro e aos poucos sendo introduzido na sociedade branca também, ainda sim, é preciso atentar-se e incluir no debate que está solidão se inicia precocemente e se instala por toda trajetória dessas meninas, causando profundo sofrimento as mesmas. A infância é uma etapa muito importante na vida das pessoas, pois é o momento que está se moldando a identidade das mesmas, isso inclui gostos, visão sobre si, vontades e uma infinidade de coisas. Quando se tem episódios angustiantes, como o que Ayoluwa sofreu, interfere diretamente nessa construção da identidade, incluindo na visão sobre si mesmo, por isso, é de extrema relevância um olhar diligente para a infância negra e o que

perpassa por essa etapa.

No que se refere aos dias atuais, é possível notar que houve uma considerável mudança acerca da inserção de negros no sistema educacional em nossa sociedade, através de muita luta coletiva do movimento negro, porém a parcela ainda é muito inferior e o racismo permanece brutal. A Lei de cotas só foi aprovada em 2012 no Brasil, a medida determina que sejam reservados metade das vagas de concursos - universidades, institutos e centros federais - para alunos de escolas públicas e uma porcentagem para pretos pardos e indígenas. As cotas raciais possibilitou a inserção de muitos negros nas universidades, porém os mesmos ainda possuem muitos desafios para a permanência no espaço elitizado acadêmico. Além da Lei das cotas, também foi aprovada a Lei 10.629/2003, como vimos anteriormente, que estabelece a inclusão no currículo oficial, do ensino da história da cultura Afro-Brasileira e Indígenas, como também mencionado no segundo capítulo. Entretanto, são raras as escolas que possuem a implementação de tal estudo no plano político-pedagógico, isso por que, a abordagem da temática racial nas salas de aula dependem da iniciativa individual dos docentes. Por isso, é essencial haja o incentivo aos educadores negros - que ocupam significativamente os cargos de professores da educação infantil - de se reconhecerem como, já que, para a viabilização do processo de construção de uma identidade valorizada das crianças negras, é necessário que os educadores que vivenciam as violências do racismo - principalmente a anulação da identidade - reafirmem sua identidade racial, trabalhando a ancestralidade, os aspectos físicos, entendendo a origem do racismo que perpassa por toda a sociedade, atingindo os negros, inclusive as crianças, mesmo que de forma silenciosa. Dessa forma, há uma urgência no trabalho de reafirmação da identidade dos educadores, para que isto posto, proporcione a concepção de uma representatividade positiva para os discentes, através da implementação da História afro-brasileira nas salas de aulas, além de atividades pedagógicas com intuito de facilitar o contato dos estudantes negros e brancos com a cultura africana a fim de auxiliar no processo de entendimento dos alunos acerca da importância da mesma na construção do Brasil atual. Conseqüentemente, viabilizando o processo de identificação e valorização das raízes étnico-racial para as crianças negras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar, em muitos casos, refere-se a uma experiência traumática, visto que por estar inserida na sociedade reproduz e ratifica aspectos preconceituosos da mesma, como foi dito e exemplificado no decorrer dos capítulos. Sendo assim, mantém-se a hierarquização de raças, a qual o negro é inferior e reforça o padrão do branco superior, honesto, calmo e etc. Tais afirmações influenciam diretamente na compreensão da criança sobre si mesma e na construção inferiorizada de sua identidade, causando marcas angustiantes que acompanham por toda vida, para além da escola.

A escola por ser um dos primeiros espaços de interação social – tirando o ambiente familiar – possui grande responsabilidade em estabelecer a troca de conhecimento e a influência de forma saudável, possibilitando a construção favorecida da identidade de cada indivíduo que frequenta esse espaço. É necessário que nesse ambiente seja trabalhado sobre as diferenças, sobre múltiplas óticas, seja as fenotípicas, regionais, culturais, religiosas, dentre outras, de maneira que deprime a discriminação e o preconceito. Para isso, é fundamental a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, como também, a melhor preparação dos educadores – principalmente da educação infantil – com relação às questões raciais, possibilitando agir de forma efetiva e educativa em casos de racismo no ambiente escolar. Outra questão fundamental é a representação dos negros nos postos de trabalho no ambiente escolar, ainda é escasso vislumbrar educadores negros em salas de aula ou em cargos de direção. Valorizar o reconhecimento e afirmação da identidade dos educadores negros torna factível a valorização da identidade dos alunos com características semelhantes a estas.

Vemos alguns avanços na sociedade em relação a valorização e a importância do povo preto no ambiente educacional, um relevante número negros entrando na universidade, o aumento da produções científicas, os questionamentos a respeito da verdadeira história do Brasil, na qual os negros possuem grande importância na construção desse território, que assim como a cultura e costumes africanos agregam para a desconstrução do apagamento da importância dos negros para a construção do país.

Vivemos em um sistema desigual, na qual as relações de poder e força não garantem a sustentação desses avanços, para tal, é necessário continuar resistindo e lutando para que os direitos da população negra sejam efetivados em todos os âmbitos da sociedade, garantindo-os uma vida justa, digna e igualitária. Mesmo tendo ciência que a escola não é a única responsável por romper com a estrutura racista em que vivemos, ainda assim, a educação é um dos meios de transformação para uma sociedade anti-racista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L., Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, 1970.

ALMEIDA, M. A. B., SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – Competências, habilidade e pesquisas para a transformação social. Proposições: São Paulo, 2017.

ARAUJO, J. Z. Vista minha pele. Brasil, 2003. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FRq4fkkm5Iw>> Acesso em: 04 de nov de 2019.

BRYM, R. J., HAMLIN, C. L. & LIE, J. Sociologia: Uma bússola para um novo mundo. Brasil, 2006.

CARLOS, J., Preconceito Racial em Crianças: Influência da Identificação e Pertença Grupal, 2017.

Consciência Negra: apenas 34% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil. Ufjf notícias, 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

FEITOSA, C. F. J. “Aqui tem racismo!”: Um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. Campinas/SP, Brasil. 2012

FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo/SP, Brasil. 1972.

LIMA, M. A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro. Brasil, Disponível em: <2010www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 10 de set de 2019.

LUIZ, M. C., SALVADOR, M. N. & JÚNIOR, H. C. A criança (negra) e a educação. Brasil. 2013.

MARTINS, F. N. As linguagens da arte no processo formativo dos agentes comunitários de saúde do SUS. Rio de Janeiro, Brasil, 2019.

MUNANGA, K. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada, Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade. Brasília, Brasil, 2005.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Marcarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, G., BRITO, B. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=WtnGECLPaAk&t=1056s>> Acesso em: 12 de nov de 2019.

SANTOS, N. S. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro : Editora Graal, 1983.

SOUZA, S. S., LOPES, T. M. & SANTOS, F. G. S. Infância negra: a representação da figura do negro no início da construção da identidade. São Luiz/MA. Brasil, 2007.

VERGNE, C. M., VILHENA, J., ZAMORA, M. H., & Rosa, C. M. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. 2015

XONGANI, A. P. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CyDV0qezoY4>> Acesso em 12 de nov de 2019.

Anexo I

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere *ocaput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República

LUIZ INÁCIO LULADA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 10/01/2003

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/2003, Página 1 (Publicação Original)